OB PG.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS – NAP/CERU
DIRETORIA

Diretora Presidente
Profª. Drª. Maria Christina S. de Souza Campos
Diretor Vice-Presidente
Prof. Dr. Lísias Nogueira Negrão
Diretora Tesoureira
Profª. Valéria Cano Bravi
Diretora 1ª. Secretária
Profª. Drª. Ethel Volfzon Kosminsky
Diretora 2ª. Secretária
Profª. Drª. Arlete Assumpção Monteiro
Diretora de Pesquisa
Profª. Drª. Zeila de Brito Fabri Demartini
Diretora de Eventos
Profª. Drª. Neusa Maria Mendes de Gusmão
Diretora de Publicações
Profª. Drª. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

COLEÇÃO TEXTOS
Editora Responsável
Profª. Drª. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

Endereços para correspondência

Comissão Editorial
COLEÇÃO TEXTOS – FFLCHH/USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – sala 20
05508-900 – São Paulo-SP – Brasil
Fone: (011) 818-3735 / Fax: (011) 818-3784
e-mail: editflch@edu.usp.br

Compras e/ou Assinaturas
HUMANITAS LIVRARIA – FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo-SP – Brasil
Telefax: (011) 818-4589
e-mail: pubflch@edu.usp.br
http://www.usp.br/fflch/fflch.html

© *Copyright* 1999 do CERU
Os direitos de publicação desta edição são da Universidade de São Paulo
Humanitas Publicações – FFLCH/USP – março/1999

PROF= CAROLINE 2º ANO

AULA (1)

Coleção TEXTOS
Série 2
n. 3 2. ed.

MÉTODOS QUALITATIVOS

REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA SOCIOLÓGICA

CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS
NAP/CERU

São Paulo, 1999

NOME PROF.º Bartistini
COD.BA21 PASTA

Reflexões sobre a pesquisa sociológica. 2.ed. TEXTOS. Série 2, N. 3, p. 13-24, 1999.

O PESQUISADOR, O PROBLEMA DA PESQUISA, A ESCOLHA DE TÉCNICAS: ALGUMAS REFLEXÕES

*Maria Isaura Pereira de Queiroz**

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa. Além de sua posição diante do objeto a estudar, urge considerar também o momento histórico-científico em que se encontra, a maneira de compreender as ciências no mundo intelectual de que faz parte. Duas perspectivas se reúnem sempre: o ser pensante é sempre único, sua individualidade é patente; seu modo de conhecer e, portanto, sua imaginação, sua interpretação, seu julgamento de valor são sem dúvida inteiramente pessoais. No entanto, o indivíduo só existe em coletividades de que é parte inseparável; é em sua sociedade e no seu grupo que adquire sua maneira de considerar a ciência, as técnicas de que dispõe são as que neles aprende. Mesmo quando inova, suas criações estão delimitadas pelo que neles existe. Todo indivíduo encerra uma parte que é particularmente sua e uma parte que foi insuflada pelo seu meio; partes que sempre se interpenetram, mas que ora estão em harmonia, ora em oposição.

A existência dessa associação fundamental entre objetividade e subjetividade foi durante muito tempo desconhecida; supunha-se, isso sim, que eram contraditórias, tão incompatíveis que em surgindo uma, a outra se apagava. Tal maneira de ver se estendeu aos procedimentos e técnicas que foram sendo empregados nas pesquisas. Duas ordens destas últimas foram tidas como fundamentalmente opostas, embora podendo ser utilizadas na coleta e análise de quaisquer dados relativos às Ciências Sociais: as técnicas qualitativas e as técnicas quantitativas.

Quando as Ciências Sociais foram tomando vulto, durante o século XIX, as técnicas qualitativas floresceram, se sobrepondo às quantitativas, que no entanto já começavam a ser utilizadas também. A maior ou menor acuidade com que os dados eram colhidos e analisados, os comentários, as sugestões, pareciam depender diretamente das qualidades pessoais e da competência do pesquisador que, por meio da observação direta, ou em depoimentos de informantes, ou em documentos variados,

---

* Professora Emérita da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU.

coligia as informações de que necessitava. Porém tomava-se consciência pouco a pouco de que, estando cada cientista inserido numa fatia específica da realidade social, tendo sido educado de acordo com as normas nela existentes, esta circunstância pesava sobre sua captação dos dados, constituindo barreira para que fossem apanhados em sua veracidade. Dizia-se então que se as Ciências Sociais desejavam chegar à objetividade das Ciências Exatas e Naturais, compondo também um *corpus* de conhecimentos universais e indiscutíveis, seria necessário apelar para outras técnicas que libertassem o pesquisador das restrições a que o sujeitavam as qualitativas. As técnicas qualitativas apareciam como o remédio ideal: acreditava-se que garantiam a objetividade do que se desejava apreender resultando em conhecimentos válidos para toda época, lugar e faixa social.

Seguia-se neste rumo o que afirmavam as Ciências Exatas e Naturais para as quais a obtenção de conhecimentos "científicos" devia deixar de lado procedimentos qualitativos e apelar para a expressão dos fenômenos em número e em intensidade. A passagem de um procedimento a outro ocorrera havia muito tempo nas "ciências da verdade" e as distinguira do puro e simples empirismo, levando-as a resultados certos e seguros; esta passagem constituíra uma etapa necessária e decisiva do progresso do saber[1]. O recurso aos questionários fechados, às estatísticas com suas porcentagens, permitiria também às Ciências Sociais fugir das influências da individualidade de cada cientista, uma vez que se passava a raciocinar sobre quantidades direta ou indiretamente mensuráveis.

O termo "ciência" queria dizer conhecimento oriundo do raciocínio lógico e exato que permitia chegar às leis verdadeiras regendo os fenômenos, o que só era possível ao se atingir o grau de abstração característico do saber verídico e universal. Isto é, desde que eliminadas as qualidades dos fenômenos que os diferenciam, atingir-se-á o saber verídico e universal. A busca da *verdade* está, pois, embutida nesta maneira de pensar, uma vez que são procuradas conclusões independentes tanto das opiniões, quanto do tempo e do espaço. As ilações a que se chega eram tidas como válidas para todos e para sempre, libertadas da contingência e atingindo um alvo primordial: a *certeza*. Mostrava-se a ciência superior a qualquer outro modo de conhecer; dotado de pretensões nitidamente hegemônicas, o saber marcado pela objetividade desfrutava do maior prestígio e sobrepujava amplamente aquele que era alcançado pela subjetividade, ou que nesta se banhava[2].

A utilização de questionários facilmente redutíveis a algarismos e porcentagens, o emprego de estatísticas pelas Ciências Sociais, parecia libertar a estas da individualidade de cada cientista com as circunstâncias de que ela estava embebida, uma

[1] Conceitos e definições filosóficas e sociológicas contidas neste contexto seguem as concepções de LALANDE, 1980; de THINES e LEMPEREUR, 1975; de FOULQUIÉ, 1982; de MORFAUX, 1980; de GRESLE et al, 1990. A ordem desta apresentação foi organizada de acordo com a contribuição de cada obra para o trabalho.

[2] PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p. 103.

vez que o raciocínio se operava sobre quantias direta ou indiretamente mensuráveis. A quantidade sempre fora tida como detentora de elevado grau de abstração, uma vez que se apresentava destituída de quaisquer predicados: ela não dizia se o objeto era bom ou mau, se era branco ou negro. O que este tipo de saber tratava era de quantas unidades se compunha o fenômeno, com que intensidade se apresentava.

Nas primeiras décadas do séc. XX, observava-se já que as Ciências Exatas e Naturais não estavam mais tão certas e seguras em suas perspectivas e em seus resultados quanto se imaginara. Verificava-se pouco a pouco que as descobertas consideradas *científicas* sofriam também influências e limitações da coletividade a que o investigador pertencia, assim como das próprias qualidades e preparo do mesmo; o conteúdo do seu saber, estava assim condicionado pela sua inserção numa sociedade, e também pelas circunstâncias de tempo e de espaço. A objetividade não podia ser, em seus resultados, tão indubitável quanto se acreditara, e as técnicas quantitativas não fugiam às injunções de tempo, de espaço, de predicados variados nas conclusões a que chegavam, reunindo-se neste aspecto às qualitativas.

Admitia-se agora que em toda ciência, em todo conhecimento a ela ligado, o fator qualidade vinha em primeiro lugar: era a *qualidade* que fazia uma coisa se distinguir de todas as demais; que fazia as ciências e os conhecimentos terem suas características próprias. A *qualidade*, composta pelos aspectos sensíveis de uma coisa ou de um fenômeno naquilo que a percepção pode captar, constitui assim o que é fundamental em qualquer estudo ou pesquisa, pois é o ponto de partida para qualquer deles. Todo cientista, ao determinar o tema de sua pesquisa se encontra inserido num universo físico, social e intelectual que a delimita; é também por meio da percepção do que neste universo existe que formula o que pretende investigar. Nesta fase primordial domina o diferenciável, isto é, aquilo que é plenamente qualitativo, e não a uniformidade quantificável.

Para poder operar neste nível mais alto, necessita o pesquisador de uma formação específica que lhe permita a tomada consciente de uma posição determinada no conjunto de conhecimentos que são os seus, oriundos de sua experiência, mas ampliada pelo saber já acumulado pelas ciências em geral e por sua ciência em particular. Deve ter dominado, por exemplo, a formação histórica e teórica das Ciências Sociais; conhecido as principais correntes de pensamento e os postulados de base de cada uma delas, dentro do universo sócio-econômico e histórico em que foram formulados; diagnosticado sua própria posição nas diversas correntes de pensamento de sua disciplina; distinguido a variedade de técnicas que poderá lançar mão no decorrer do trabalho e as limitações de cada uma, a fim de escolher as mais eficientes na solução de seu problema. Os cientistas sociais, como quaisquer outros cientistas, devem portanto ter uma formação teórica específica.

Como qualquer ciência, as Ciências Sociais possuem um *corpus* de teorias pré-existentes ao pesquisador, que este necessita abarcar na maior amplitude possível, tanto no que diz respeito à compreensão das diversas posturas teóricas fundamentais, quanto também às teorias especificamente ligadas ao problema que pretende estudar.

Trata-se de dois tipos de conhecimentos teóricos que se inserem num contexto exclusivamente qualitativo, qualquer que seja o tipo de ciência em causa e qualquer que seja o tipo de técnica a ser empregada. O primeiro deles, eminentemente teórico, liga-se à filosofia, quer seja esta compreendida como a ciência geral dos princípios e das causas, quer seja entendida como o esforço para generalizar, aprofundar, refletir e explicar conjuntos de fenômenos; de forma alguma pode ser traduzido em termos qualitativos. Trata-se da reunião de síntese, que constituem sempre construções abstratas, isto é, despojadas de uma parte de elementos específicos para apresentar somente os mais gerais. No caso particular das Ciências Sociais, dizem respeito principalmente a suas bases. Como exemplo, é de lembrar a afirmação de Durkheim de que todo fato social só é explicável por outro anterior[3]; a asserção se aplica a todos os fatos sociais, quaisquer que sejam o tempo e o lugar em que se encontrem, quaisquer que sejam seu porte e forma. Significa que a sociedade, embora detentora de raízes biológicas e psicológicas, nelas não encontra a sua explicação e sim somente no próprio fato social. Este deve ser tratado como o das demais ciências para ser compreendido. O estudo das coletividades se apresenta semelhante ao das demais ciências, e portanto se insere no contexto filosófico a que estas pertencem. Apresenta, no entanto, especificidades, sendo indispensável a definição de suas regras básicas também sob forma sintética, de que se ocupou o mestre numa de suas obras fundamentais.

O segundo tipo de conhecimento teórico não atinge o mesmo grau de abstração do primeiro porque apresenta novas limitações, já que se liga a determinado fato concreto; seus conceitos e conclusões não se aplicam pois, indistintamente, a qualquer dado do universo das Ciências Sociais. À guisa de exemplo, é de lembrar o conjunto de teorias existentes sobre o messianismo, fenômeno ao mesmo tempo sócio-econômico e político, porém e principalmente religioso; por ser esta a sua característica fundamental, as teorias que dele se ocupam são específicas a um único conjunto de fatos sociais bem determinados, não podendo ser estendidas a conjuntos que não pertençam à mesma qualificação, por mais próximos que pareçam[4]. Embora restritas a determinados fenômenos, elas são ainda abstrações porque se aplicam a todos aqueles que pertençam ao âmbito em foco, desde que apresentem os aspectos principais por elas definidos.

Tanto no que diz respeito ao conjunto teórico fundamental, quanto ao tocante ao segundo conjunto, necessita o pesquisador conhecer sua própria posição diante deles, isto é, se os aceita integralmente, ou até que ponto com eles concorda, em que aspectos os considera duvidosos. Como o conhecimento referente a este segundo conjunto é sempre limitado, encontra-se subordinado ao primeiro, que se estende a todos os fatos sociais indistintamente. A facilidade maior ou menor do cientista em descobrir sua maneira de pensar diante das teorias existentes, isto é, em penetrar na obscuridade do que se encontra implícito nas posições que adotou, não depende somente de

[3] DURKHEIM, 1960, p. 32.

[4] PEREIRA DE QUEIROZ, 1976.

qualidades pessoais e intransferíveis; depende e muito, de um sólido preparo sistemático, de um amplo leque de conhecimentos nas disciplinas das Ciências Sociais. Caso contrário, poderá adotar posições contraditórias entre o primeiro e o segundo tipo de conhecimentos teóricos. O esclarecimento destas questões, que pertencem ao âmbito do que é qualitativo, deve ser preliminar até mesmo à formulação clara do primeiro projeto de pesquisa (pois podem haver mudanças no decorrer da investigação) e, portanto, à realização dela; prendem-se à formação do pesquisador e à necessidade de destrinchar a maior parte possível das questões teóricas subjacentes.

A proposição das questões a serem estudadas, a coleta e a análise dos dados, dependerão em grande parte do grau de assimilação crítica das teorias pelo pesquisador – entendendo-se por assimilação crítica a reflexão aprofundada do pesquisador sobre os conjuntos de abstrações que já encontra prontos ao iniciar o trabalho. Comparando os vários conjuntos existentes a respeito do problema que o interessa, adota os que lhe parecerem mais adequados aos seus propósitos e à sua própria visão da ciência e do mundo. Na verdade, estas últimas determinarão sempre o caminho que ele resolver seguir; eis porque a reflexão a respeito de sua própria posição é indispensável. Não esquecer que os *corpus* teóricos não constituem conjuntos de verdades irrefutáveis; são aceitos *provisoriamente* e sua manutenção depende da continuidade das investigações. Isto é, as conclusões destas são sempre comparadas com as proposições teóricas que o cientista aceitou de início. Se concordantes, fecha-se um círculo dos trabalhos, o que não elimina, porém, a possibilidade dele se abrir novamente mais tarde, por meio de outras pesquisas. Se discordantes, a pesquisa termina pela proposição de um novo problema que, porém, será esclarecido numa outra investigação. Estas observações são válidas para todos os trabalhos, quer utilizem técnicas qualitativas, quer se voltem para as quantitativas.

As técnicas qualitativas procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, isto é, tudo o que o diferencia dos demais; a Sociologia já tem sido por isso chamada de "ciência das diferenças". Por meio da separação das diversas partes que compõem um todo (quer este seja um grupo ou uma sociedade, quer esteja constituído por uma coletividade definida pelo pesquisador) é ele decomposto, para ser recomposto de acordo com as divisões do projeto previamente traçado. Assim, por exemplo, Roger Bastide estava interessado em verificar se as formas de suicídios de brancos e negros seriam semelhantes no Brasil, e de que maneira se diferenciariam[5]. Buscou primeiramente saber se a cultura negra dava lugar a uma propensão ao suicídio, verificando que não; os suicídios se tornam freqüentes no Brasil devido à escravidão. Dessa forma, além de procurar conhecer uma característica da cultura negra, efetuou uma primeira divisão dos dados encontrados no Brasil antigo: a separação de livres e escravos. O esquema segundo o qual foram divididos os dados obtidos diziam respeito primeiramente a esta delimitação, à qual se seguia uma definição das diversas maneiras de auto-eliminação. Dois caminhos foram então delineados: seguir as divisões já

[5] BASTIDE, s.d.

existentes na coletividade, isto é, segundo a cor, segundo o sexo, segundo a idade; conservando estas separações, verificar agora se haveria a utilização de formas diversas de suicídio de acordo com elas. Neste trabalho de Roger Bastide, que é na verdade um roteiro das diversas indagações a serem efetuadas numa pesquisa, verifica-se que os instrumentos fundamentais da abordagem qualitativa são a diferenciação e a comparação. A decomposição dos suicídios segundo a divisão sexual e pelas diversas modalidades de se tirar a vida, é seguida pela comparação dos diversos itens.

A pesquisa de Roger Bastide podia perfeitamente permanecer no âmbito da qualidade; no entanto, ele também fez uma tentativa para buscar a distribuição numérica dos mesmos, sempre segundo as divisões apresentadas pela coletividade brasileira, apesar das dificuldades encontradas para quantificações seguras; introduzia assim uma ordem estruturada pelo próprio pesquisador – a ordem das quantidades – no interior do objeto da pesquisa. Para que esta segunda abordagem fosse seguida, tinha sido necessário, porém, saber quais as qualidades principais do mesmo. Desta forma, um conhecimento qualitativo, por diferenciações internas apresentadas pela sociedade brasileira, orientara as indagações de Bastide, diferenciações que a sociedade possuía e não provinham da criatividade de um pesquisador.

O conhecimento qualitativo da coletividade estudada havia precedido seu conhecimento quantitativo. Bastide definira primeiramente as diversas modalidades de suicídio de acordo com sexo, idade, situação social etc., para ser possível em seguida utilizar a abordagem quantitativa, isto é, procurar saber quantas vezes ocorriam suicídios segundo a posição social, o sexo, a idade. Os dois tipos de abordagem se mostraram aqui rigorosamente complementares e convergiam para um melhor conhecimento do problema que se desejava esclarecer. O conhecimento qualitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada; em seguida, a abordagem quantitativa desvenda o número de vezes em que ocorre o fenômeno e sua intensidade, segundo as divisões já efetuadas. A associação das duas abordagens possibilita um aprofundamento cada vez maior das facetas do objeto de estudo. No entanto, enquanto as técnicas qualitativas podem ser aplicadas sem qualquer utilização das quantitativas, estas *exigem sempre* um emprego prévio das qualitativas (definição de conceitos e categorias a serem usadas; descrição das constatações efetuadas por meio da observação direta; análise de documentos antigos ou do presente recente etc.); ao relatório resultante destas primeiras investigações são, em seguida, aplicadas as quantificações.

A escolha das técnicas quantitativas – a preferência do pesquisador por estas supera hoje, e muito, a abordagem exclusivamente qualitativa – não elimina esta última, muito pelo contrário; o conhecimento qualitativo é imprescindível para que se realize em seguida um conhecimento quantitativo. Este último só pode ser tentado depois que uma primeira abordagem qualitativa foi efetuada, ou na própria pesquisa que se quer realizar, ou em pesquisas anteriores; assim, pode ela ser executada pelo próprio pesquisador, ou pode este utilizar os resultados que já existam no arsenal dos conhecimentos sobre o problema, oriundos de trabalhos realizados por outrem. Roger Bastide, depois de apresentar suas conclusões específicas ao suicídio no meio brasi-

leiro, comparou estes resultados com as concepções então aceitas na França, de que as características psicológicas seriam fundamentais para designar que indivíduos se matariam, numa coletividade; a classificação segundo tipos psicológicos – paranóicos, perversos, mitômanos, ciclotímicos e hiperemotivos – mostrando a ocorrência do fato somente nos dois últimos tipos de indivíduos, indicava que na Psicologia se devia buscar sua explicação última, e não na Sociologia. O estudo de Roger Bastide se opunha a esta asserção. Verificara ele, por exemplo, que o suicídio "*varia conforme a cor. O preto permanece ligado aos seus antigos métodos, os do tempo da escravidão; constitui assim um grupo à parte na comunidade brasileira. O mulato, ao contrário, mais ambicioso, desejando separar-se radicalmente dos que são mais escuros do que ele*", tende a igualar-se aos brancos quanto às formas de buscar a morte. Pôde concluir então que "*os fatores sociais prevalecem sobre os fatores psíquicos e inter-mentais*" e que era válida a regra de Durkheim, de que um fato social se explica sempre por outro fato social[6].

A visão quantitativa de um problema pesquisado e de seu universo se encontra, assim, claramente subordinada à visão qualitativa, que tanto a precede quanto a segue. O cientista, chegando ao fim da exposição quantitativa, retorna à abordagem qualitativa. Comparando seus resultados com os de outros pesquisadores, os quais compõem o acervo de conhecimentos a respeito do fenômeno e formam um quadro histórico e teórico do mesmo, procura atingir seu sentido oculto. Ao passar da constatação quantitativa para a busca do significado de suas conclusões, regressa o cientista ao âmbito do qualitativo, o que é imperativo e inevitável se deseja desvendar o incógnito.

As técnicas quantitativas não são mais do que uma ordenação do qualitativo segundo a maior ou menor quantidade de elementos do fenômeno, segundo a maior ou menor intensidade com que este se apresenta. As técnicas qualitativas desvendam os predicados de uma sociedade e de suas divisões internas. Num e noutro caso, a reflexão opera segundo divisões em partes, buscando-se verificar entre elas as oposições e as correlações; ressalta-se assim a importância do procedimento comparativo. É por meio das comparações que se pode chegar a descobertas. A utilidade da quantificação está no fato de que ela é um meio de ultrapassar unidades, reunindo-as em coletividades que ou já existem num conjunto maior (como é o caso da separação por sexos dentro de um grupo ou de uma sociedade, por exemplo), ou são criadas pelo próprio pesquisador (como é o caso de uma amostragem científica).

A simples aplicação da quantificação não permite passar da composição de coletividades a partir de unidades, nem da descrição das mesmas (por mais sofisticadas com a aplicação de fórmulas estatísticas cada vez mais rebuscadas) para a explicação e a interpretação, sem antes utilizar o crivo das comparações. Embora a ordem introduzida pelo pesquisador no universo dos dados em estudo por meio da quantificação possa parecer a melhor maneira de se chegar ao conhecimento dos mes-

[6] BASTIDE, s.d., p. 40.

mos, ela somente narra o que se encontrou; não desvenda por que motivos ou razões a coleção de indivíduos assim analisada age consciente ou inconscientemente; nada diz a respeito dos interesses que a coletividade manifesta; nada exprime que constitua uma explicação. Possibilita, isso sim, a expansão das mesmas pesquisas em lugares diferentes e em épocas diferentes, mas não passa de uma simples repetição das mesmas. A esse respeito, a pesquisa realizada por Roger Bastide sobre os suicídios de negros no Brasil é novamente exemplar, pois mostra como o fenômeno se apresentou através do tempo, desde os dados que encontrou para o século XIX até os anos de 1938-1940, os mais recentes publicados pela Polícia no momento em que o estudo foi feito, também efetua, na medida do possível, o cotejo entre dados de cidades e de regiões diferentes. Em ambos os casos, a comparação, isto é, a aproximação entre dados para observar as convergências e diferenças de suas qualidades, a partir da constatação da existência de certa igualdade entre eles, constitui o instrumento da reflexão indispensável para aprofundar o conhecimento. Durkheim já estabelecera que não existia, em Sociologia, "*senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes*"; consagrava então o método comparativo como "*o único que convém à Sociologia*"[7]. A comparação é uma maneira de se avaliar um fenômeno, isto é, determinar o caráter ou o valor dele, seja por meio da reflexão, seja por meio de cálculos. A passagem do quantitativo ao qualitativo existe neste último caso, uma vez que a ligação entre os fenômenos comparados se opera sempre em função de circunstâncias que lhes são exteriores, como as de tempo e de espaço. A comparação vem em seguida à descrição (e a técnica quantitativa é eminentemente descritiva) e precede à explicação; ela não é específica das Ciências Sociais, é um procedimento indispensável em todas as ciências, existindo sempre nelas o problema da escolha dos critérios comparativos, que podem determinar o êxito ou o fracasso do trabalho; esta consideração já demonstra que tal maneira de agir se insere no âmbito da qualificação.

A visão quantitativa de um problema pesquisado e de seu universo está claramente subordinada à visão qualitativa; este caminho é o mesmo seguido pelas Ciências Exatas e Naturais; também existe nestas a exigência do cientista se tornar consciente de sua posição diante dos fundamentos específicos de sua ciência, além dos das ciências em geral, assim como do fato de que estão elas em grande parte determinadas pelo contexto histórico e sociocultural a que pertencem, se quiser aprofundar o saber.

Toda pesquisa leva embutidas em sua formulação as opiniões e as maneiras de pensar de quem a formulou e de quem a realizou, as quais pertencem ao reino do qualitativo, ao qual a quantidade se encontra subordinada. A quantificação ocorre no interior desse reino, quer se opere pelo número (pluralidade de unidades equivalentes), pela ordem de grandeza (pequena ou grande quantidade), ou ainda pela intensidade (mais ou menos forte). Depois de dominar o que já foi realizado por trabalhos anteriores, assim como as diversas correntes de pensamento teórico que a eles se

[7] DURKHEIM, 1960, p. 121 e ss.

ligam, o pesquisador decidirá se vai responder às questões permanecendo no universo qualitativo, ou se buscará compreender as mesmas apenas através de uma abordagem quantitativa. A especificidade dos problemas, já esclarecidos e por esclarecer, pesará, sem dúvida, em sua decisão, assim como o destino que quer dar ao seu trabalho.

As técnicas são maneiras de fazer bem definidas e transmissíveis, destinadas a produzir determinados resultados considerados úteis; sua função não é diretamente explicativa; busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos, chegar a um arranjo dos dados que não existia anteriormente; acredita-se que a nova disposição dos mesmos levará a um conhecimento de significados implícitos ou latentes. As técnicas são diferentes em sua maneira de ser e de agir, sendo indispensável conhecer com clareza os princípios que lhes são subjacentes, o que as distingue umas das outras, bem como os limites da ação que podem desenvolver.

Seja qual for a técnica empregada, seu campo de ação para coligir os dados é constituído pelos documentos, que são registros da realidade em determinado momento e em determinado local, fornecendo informações ou servindo de provas para informações já obtidas. Eles se apresentam em geral sob três formas: documentos escritos; documentos orais; documentos iconográficos. Em qualquer dos três casos, podem eles existir na coletividade estudada, ou podem ser fabricados pelo pesquisador. Os primeiros, cuja vigência independe do cientista, são constituídos por registros de várias fontes históricas, por estatísticas, por quaisquer apontamentos a respeito da realidade, efetuados por quem quer que seja, na atualidade ou no passado. Neste último caso, para dar um exemplo, a descoberta de um conjunto de simples contas antigas referentes a uma fazenda paulista durante o séc. XIX, deu lugar, pela sua análise, a uma obra que esclarece vários aspectos do custeio de uma propriedade nessa época[8]. Também as estatísticas oriundas de recenseamentos administrativos, os registros paroquiais, constituem documentos não fabricados pelo pesquisador. Émile Durkheim (1850-1918) foi um dos primeiros sociólogos a se valer desta documentação, demonstrando sua importância para o estudo de coletividades[9].

Além destes documentos que já existem em todo grupo ou sociedade, os cientistas sociais podem fabricar outros para o esclarecimento de problemas que estão estudando. A construção consciente e especializada de instrumentos para a coleta de dados se iniciou provavelmente na França, no séc. XIX, com um grande nome – Frédéric Le Play (1806-1882); utilizou em suas pesquisas tanto a observação direta, técnica qualitativa por excelência, mas também criou questionários para análise específica dos orçamentos familiares das camadas operárias européias[10]. Este instrumento de pesquisa foi por ele organizado e codificado para poder captar dados de centenas de famílias, dados que eram tornados comparáveis por ser utilizado sempre o mesmo

[8] PEREIRA DE QUEIROZ, 1965.

[9] DURKHEIM, 1897.

questionário; quantitativamente analisados, sua importância descritiva ficou patente nas mais de quarenta monografias que conseguiu realizar em diversos países europeus. Ultimamente outros tipos de documentação têm sido criados pelos pesquisadores – as fotografias, o registro oral por meio do gravador, os documentários filmados etc.

O emprego destes documentos, sejam eles oriundos ou não da atividade do pesquisador, requer uma crítica rigorosa para que sejam aplicados com segurança. No caso de já existirem, padecem de dupla influência da subjetividade: a de quem fez o documento e a de quem vai empregá-lo. Urge, pois, saber quando, como e com que intuito foram fabricados; a melhor crítica está em sua comparação com documentos provenientes de outras fontes e versando sobre o mesmo dado, pois as convergências e as disparidades podem reforçar a confiança ou mostrar que as suspeitas estão a exigir novos cotejos. Quando o pesquisador é o "fabricante" do documento, é indispensável que efetue primeiramente uma auto-análise em relação ao problema investigado para desvendar os juízos de valor e as limitações que possui e desconhece: verifica sua própria posição diante da questão que deseja investigar, não apenas para um auto-esclarecimento do que lhe vai pelo íntimo, mas para informar aqueles que se servirão de seu estudo, devendo esta informação constar da introdução do mesmo. Em seguida, é imprescindível também a comparação com documentos que não foram fabricados por ele e que sirvam de comprovantes para a pertinência do dado que captou. Atualmente, a "fabricação" de um documento pelo pesquisador utiliza vários instrumentos mecânicos outrora inexistentes: a fotografia, o filme, e, mais recentemente, o gravador que registra entrevistas, depoimentos, histórias de vida. Cada um deles têm suas vantagens e suas limitações, que devem ser cuidadosamente investigadas antes de se escolher sua utilização; todos eles *exigem imperiosamente* a comparação com dados de outras fontes, tanto mais que se trata de técnicas ainda mal conhecidas e mal empregadas nas Ciências Sociais. O gravador é o mais comumente adotado, na crença de que com ele fica limitada a interferência do subjetivismo do cientista; ledo engano, que o aprofundar de sua utilização permite verificar com clareza[11]. Não se leva em conta, também, que os gravadores possuem "linguagens" que lhes são específicas, isto é, sistemas de sinais mecânicos por meio dos quais são registrados, armazenados e retransmitidos dados e reflexões. Cada tipo de computador possui o seu "idioma", esta expressão sendo aqui utilizada de acordo com seu verdadeiro sentido: ao mesmo tempo linguagem particular e única na maneira de associar as palavras como veículo de comunicação, e linguagem cuja utilização é difundida somente entre uns poucos. Os "idiomas" dos computadores são específicos a cada marca, o manejo de qualquer deles exigindo um aprendizado que impede sua utilização por qualquer indivíduo; como todo idioma, tem suas limitações ao expressar as idéias. Ao se lançar

[10] LE PLAY, 1855.

[11] PEREIRA DE QUEIROZ, 1991.

mão do computador como meio de análise e de expressão, é indispensável verificar o campo que ele abarca e o que fica fora de seu alcance, quais as implicações explícitas e implícitas de suas demarcações. Uma vez verificadas suas restrições, também se terá uma primeira noção de quais outras fontes serão indispensáveis para suprir o que fica de sua extensão. A exigência se repete a cada investigação, pois cada questão tem também seu campo específico de extensão, demandando maior ou menor detalhe na confecção do dado e da análise.

Ressalta-se assim o papel fundamental da "linguagem" nas Ciências Sociais, uma vez que ela é um conjunto socialmente instituído e estável de sinais ou de símbolos verbais ou escritos, empregados *intencionalmente* para a comunicação direta entre o ego e o outro, mas também para o registro de pensamentos, de sentimentos, de aspirações. Qualquer que seja o instrumento de pesquisa utilizado, dará lugar a um *discurso*, isto é, ao desenvolvimento dos pensamentos do pesquisador por meio de seqüências de palavras ou de proposições que se encadeiam, de operações mentais parciais que se articulam em conjuntos de frases. A reflexão e seus resultados caminham de um julgamento a outro, passando por vários julgamentos intermediários para chegar à compreensão de algo, isto é, ao conhecimento. Caminho percorrido, construção, conclusões, pertencem ao reino do qualitativo, só podendo ser comunicados e compreendidos por meio das palavras. O qualitativo figura abertamente no início do trabalho, quando são apresentadas as proposições teóricas; retorna ao primeiro plano no final, ao serem expostas as interpretações e as generalizações. O qualitativo está, além do mais, constantemente presente em todo o desenrolar do trabalho, uma vez que sem a palavra nenhuma transmissão de saber científico é possível. Na verdade, somente o procedimento qualitativo possibilita um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber, dois predicados fundamentais da ciência. Nunca é demais, portanto, sublinhar a necessidade de uma formação específica do pesquisador em Ciências Sociais, de uma ampliação constante de seu leque de conhecimentos, de uma reflexão crítica intensa tanto com respeito às teorias quanto no que diz respeito às técnicas e, mais ainda, relativamente ao trabalho de pesquisa que se dispôs a efetuar. Estas exigências são ao mesmo tempo as bases e os instrumentos que tornarão confiáveis os resultados da investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. "Os suicídios em São Paulo segundo a cor". *Sociologia*, (2), s.d.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1960. 2. ed.

_____. *Le suicide*. Paris: Alcan, 1897.

FOULQUIÉ, Paul. *Dictionnaire de la langue philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982. 4. ed.

GRESLE, François et al. *Dictionnaire des Sciences Humaines*. Paris: Nathan, 1990.

LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France. 1980. 13. ed.

LE PLAY, Frédéric. *Les ouvriers européens*. Tours: Mame, 1855.

MORFAUX, Louis-Marie. *Vocabulaire de la Philosophie et des Sciences Humaines*. Paris: Armand Colin, 1980.

PEREIRA DE QUEIROZ, Carlota. *Um fazendeiro paulista no século XIX*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. "História". In: COLOMBINE, Luís Fernando (org). *O ímã que tudo anima: homenagem a Simão Mathias*. São Paulo: Nova Stella, 1988.

_____. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 2. ed.

_____. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 2. ed. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série 2. Textos; 7).

THINES, Georges & LEMPEREUR, Agnés. *Dictionnaire général des Sciences Humaines*. Paris: Éditions Universitaires, 1975.

Reflexões sobre a pesquisa sociológica. 2.ed. TEXTOS. Série 2, N. 3, p. 25-32, 1999.

INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE PESQUISA

*Maria Helena Bueno Trigo**
*Lucila Reis Brioschi**

Em trabalho anterior, iniciamos uma discussão sobre as implicações na escolha de uma determinada técnica na pesquisa em Ciências Sociais[1]. Acreditamos que, apesar de ter uma importância capital no contexto geral da investigação, os aspectos técnicos estão submetidos aos objetivos gerais da pesquisa e devem ser metodologicamente controlados. Assim sendo, teoria, método e técnica são indissolúveis dentro do processo de pesquisa. Nesse sentido, a proposta de uma prática de pesquisa que adota métodos qualitativos deve se fazer acompanhar de discussões que envolvem os seus pressupostos teórico-metodológicos.

O objetivo desse artigo é, pois, procurar avançar alguns passos na reflexão sobre as condições da produção do discurso – relato oral – na pesquisa sociológica. Para tanto, vamos procurar aprofundar a discussão sobre o momento do "encontro" entre o investigador social, com propósito definido, qual seja, obter dados para a sua pesquisa e o entrevistado que se dispõe a contar o que sabe, a falar sobre sua vida e sua experiência.

Os relatos orais ou entrevistas abertas, principal suporte instrumental de uma prática de investigação social de ordem qualitativa, teve sua divulgação acentuada a partir do momento histórico da emergência do indivíduo e da disseminação de teorias voltadas para a problemática do sujeito e da interpretação que ele faz de sua situação social[2].

A adoção de uma prática, que tem na entrevista seu principal instrumento, implica em aceitar a identidade de natureza entre sujeito e objeto e, portanto, a pressuposição de que a entrevista é o encontro de dois sujeitos, tendo por objetivo o estabelecimento de uma situação de interação. Alguns trabalhos têm se ocupado em examinar o que ocorre nesse encontro de subjetividades, quais as interferências possíveis nessa situação de captação de dados, ou de que modo as características pessoais e/ou atitudes e comportamentos do pesquisador podem influir no desenvolvimento da entrevista. No entanto, nos pareceu oportuna uma reflexão mais acurada sobre a nature-

* Doutoras em Sociologia pela USP. Pesquisadoras do Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

[1] BRIOSCHI; TRIGO, 1987. p. 631-637.

[2] MARTINS, 1991.